

Falta de verbas ameaça hospitais

O setor de saúde pública está em regime de colapso total em todo o País. Esta declaração do ministro da Saúde, Henrique Santillo, é avaliada em Anápolis por autoridades médicas como uma realidade possível de ser disfarçada. O presidente da Associação de Hospitais de Anápolis, Maurity Escobar, assegura que somente a mobilização de recursos próprios para o Ministério da Saúde pode sanar as crises agudas que periodicamente atingem o setor. No momento, a meu ver, disse Maurity Escobar, a crise é consequência de pressões feitas pelo Ministério da Fazenda e pelo Tesouro Nacional sobre o Congresso, com vistas à aprovação do Plano FHC.

A diretora da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis e presidente da Federação dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas de Goiás, irmã Rita Cecília Coelho, que esteve reunida com a diretoria da entidade, em Goiânia, confirmou o fechamento das 28 associadas, dentro de 15 dias se o governo não quitar as contas referentes a dezembro/1993 e janeiro/1994, em atraso.

A Santa Casa de Misericórdia é o único dos hospitais da rede credenciada que mantém atendimento aos segurados e carentes, "mas graças a dívidas por empréstimos que contraímos desde o ano passado junto aos bancos", frisou irmã Rita Cecília. "Agora a situação se tornou insustentável, porque não podemos continuar nos endividando", disse ela. O débito da Santa Casa de Anápolis chega a CR\$ 30 milhões. Irmã Rita disse que a crise na saúde tem dois vetores: o desacerto político e o déficit financeiro.

ARQUIVO



Santillo propõe que a rede particular auxilie durante a greve

Rede particular estuda proposta

Desde a semana passada os hospitais particulares de Anápolis estudam proposta feita pelo ministro da Saúde, Henrique Santillo, para que se dê atendimento aos casos de urgência e emergência, enquanto permanecer a greve dos médicos do Hospital Municipal. Os hospitais da rede privada estudam a questão e na próxima semana darão uma resposta ao ministro. O presidente da Associação dos Hospitais de Anápolis disse que já há sinal verde, no sentido de acolher a proposta, "mas va-

mos aguardar um possível entendimento, para se pôr fim à greve no HM".

Ao que se sabe, a proposta tinha como base o pagamento de dez dólares por procedimento e ventilou-se a possibilidade, através da Associação Médica e do Sindicato dos Médicos de Anápolis de levar a oferta aos grevistas do HM para que eles retornassem a seus postos de atendimento, pondo fim à paralisação e reativando o Pronto-Socorro Municipal. Os sindicatos vão levar a proposta ao ministro e ao prefeito de Anápolis, segundo Maurity Escobar. Caso não seja aceita essa nova tentativa de pôr fim à greve, então os hospitais particulares farão o atendimento para os casos de urgência e emergência.

Salário fixo é bem aceito

A proposta de remuneração com salário fixo e produtividade, encontra receptividade entre médicos e odontólogos do Hospital Municipal de Anápolis. A afirmação é do secretário municipal de Saúde, Fernando Antônio de Faria. A Associação Médica de Anápolis discutiu a possibilidade desse entendimento e fez a elaboração de estudos que será apresentado ao Sindicato dos Médicos. O Hospital Municipal tem os seus 72 médicos e 60 odontólogos paralisados desde 15 de março de 1993. Eles estão sensibilizados a voltar ao trabalho, dependendo do entendimento entre os sindicatos e o prefeito Wolney Martins de Araújo.

Houve um documento expedido pelo gabinete do prefeito, dando prazo de retorno ao trabalho dos grevistas, até o dia 9 de fevereiro. Os médicos e odontólogos vão discutir a questão dos salários referentes aos meses de paralisação. Como a greve dos médicos foi considerada ilegal, esta questão deverá ser resolvida na Justiça. A iniciativa da Associação Médica visa gestionar com médicos e odontólogos um acordo que seja razoável para a classe profissional e para a Administração Pública Municipal. O objetivo é solucionar o impasse antes do dia 9, data-limite para retorno voluntário ao trabalho, evitando-se a demissão por justa causa e elaboração de concurso para contratação de novos profissionais.